



Nome: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE
Processo Seletivo – 004/2025



042 – MÉDICO AUDITOR – REGULAÇÃO –
PROVA 01

PROVA ESCRITA OBJETIVA
CADERNO DE QUESTÕES

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. **Confira o CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Assinale apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse, nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Os candidatos, após entrarem na sala da prova, somente poderão retirar-se após decorrida uma hora do tempo de duração previsto.
9. O candidato também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala de prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES, antes do tempo estabelecido, e/ou CARTÃO-RESPOSTA.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.





PROCESSO SELETIVO



GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	

**042 – MÉDICO AUDITOR – REGULAÇÃO – PROVA 01****CONHECIMENTOS GERAIS****TEXTO****COMO DRONES SE TORNARAM UMA AMEAÇA ÀS COMUNIDADES RURAIS**

Os agricultores familiares de Limoeiro do Norte, no Ceará, preparavam-se para mais uma feira agroecológica mensal quando foram surpreendidos pela notícia de que o governador Elmano de Freitas (PT) havia prometido autorizar, até o fim de 2024, o uso de drones agrícolas para pulverização no estado.

O anúncio reacendeu um medo já inexistente na cidade, palco histórico da luta contra a pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil. Treze dias depois, a medida foi concretizada e o Ceará deixou de ser o único estado brasileiro a impedir totalmente essa modalidade de uso de pesticidas. “A história de veneno na nossa região já ultrapassa os limites. Vivemos numa situação delicada, o progresso chegando, o agronegócio dominando e a gente acuado”, lamenta Lucas Brito, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras familiares de Limoeiro.

A reviravolta cearense não aconteceu por acaso. Os drones têm sido cada vez mais utilizados para pulverização de agrotóxicos no Brasil, vendidos como uma alternativa mais precisa e tecnológica aos aviões. Em dois anos, a quantidade de drones registrados na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para fins de pulverização aumentou em mais de dez vezes, saltando de 674 para 7.312 entre janeiro de 2023 e janeiro de 2025.

Antes, os registros se concentravam em 18 estados, agora já há presença de drones agrícolas cadastrados em 26 unidades da federação. O Ceará, que não tinha nenhum, já tem quatro cadastros. Além dele, passaram a figurar registros no Acre, Amazonas, Paraíba, Piauí, Roraima, Rio Grande do Norte e Distrito Federal. Já localidades onde há forte presença do agronegócio sofreram os aumentos mais expressivos. O Maranhão viu saltar os cadastros de um para 104, enquanto o Mato Grosso do Sul teve um aumento de dois para 103 drones.

O avanço dos drones agrícolas no Brasil vem acompanhado da criação de normativas. Em 2021, a portaria 298/21 do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) estabeleceu regras para os operadores e equipamentos. Para manejá-los, é

preciso cadastrar os drones na Anac e realizar um curso, chamado de CAAR. Além disso, não é permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a menos de vinte metros de povoações. Em estados como o Ceará e Maranhão, entretanto, a realidade é outra, denunciam movimentos sociais. Os drones se transformaram em uma ameaça.

Um levantamento divulgado pela ONG Repórter Brasil no início deste mês mostra que 228 comunidades em 35 municípios do Maranhão denunciaram contaminação por pesticidas até outubro de 2024. Dessas, em 94% dos casos a pulverização foi feita por drones. “O problema dos drones no Maranhão se relaciona com a expansão do agronegócio [...] Há uma demanda excessiva pelo uso de agrotóxicos”, explica o advogado Diogo Cabral, da Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (Fetaema), uma das entidades que fez o levantamento.

Segundo Cabral, os drones começaram a ser vistos na paisagem nos últimos quatro anos e estão relacionados à contaminação dos rios e nascentes, ao adoecimento agudo da população, que têm apresentado problemas de pele, enjoos e dificuldades respiratórias, e à perda de produção agroecológica. Alguns agricultores denunciam que os equipamentos têm sido utilizados a menos de 20 metros das residências e plantações. “Eles geralmente colocam muito cedo pela manhã ou no fim do dia. Sem contar que as famílias não têm mais privacidade. [...]”

De acordo com a Fetaema, todas as denúncias recebidas afirmam que os drones estão pulverizando diretamente o plantio das comunidades. Em São Mateus, a cerca de 200 quilômetros de São Luís, moradores de territórios quilombolas têm perdido a plantação de milho, abóbora e feijão por causa das pulverizações. “Está sem controle, e só quem perde somos nós, os pequenos”, reclama um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de São Mateus.

As ações são consideradas pelas entidades que defendem os agricultores como tentativas de expulsão das comunidades tradicionais. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que a contaminação por agrotóxicos nas comunidades rurais aumentou quase dez vezes no primeiro semestre de 2024. Na maioria dos casos de conflitos de terra registrados pela entidade, foi relatado uso de drones. “Eles fazem parte de um conjunto de ameaças. É uma tecnologia usada em conjunto a seguranças armados, que vigiam os caminhos, a movimentação no território”, explica



Lenora Rodrigues, da coordenação da CPT Maranhão.

“Os drones entraram como mais uma ferramenta para ajudar no processo de inviabilização da vida tradicional dessas comunidades”, afirma Alan Tygel, da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. O modelo de drone agrícola mais utilizado no país é o Agras T40, da empresa DJI, que representa 34,5% de todos os equipamentos cadastrados na Anac. De acordo com o site da fabricante, o drone pode carregar até 40 quilos de carga útil de pulverização e espalhar 1,5 tonelada de fertilizante por hora.

Em seu último relatório anual, a DJI afirma que a indústria global de drones agrícolas está em expansão e destaca o Brasil, ao lado dos Estados Unidos e da China, como país que está na vanguarda da regulamentação desses equipamentos. No Brasil, há uma tendência em tornar os processos de registro mais fáceis. Em outubro de 2024, o Mapa anunciou uma consulta pública para desburocratizar cadastros de operadores e entidades de ensino. Em 2023, a Anac já havia simplificado as regras para cadastro dos drones agrícolas.

“Para os pilotos de drone, as exigências são muito menores do que para os pilotos de avião, em termos de técnica e conhecimento para fazer essa atividade. Basta fazer um pequeno curso”, questiona Tygel. Na internet, é possível encontrar cursos totalmente online que prometem aulas do básico ao avançado por valores entre R\$ 1 mil e R\$ 4,5 mil.

Cerca de 70% dos drones cadastrados em janeiro de 2023 para pulverização estavam em nomes de empresas. Esse percentual diminuiu para 48% em dois anos, ou seja, agora a maioria dos drones usados para pulverizar no país estão em nome de pessoas físicas. “A pessoa pode ter um certificado oficial do ministério sem nunca ter visto um drone”, afirma o deputado estadual Renato Roseno (PSOL-CE), um dos autores da lei que proibiu a pulverização aérea no Ceará em 2019.

No começo de 2024, representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Timbiras (STTR), no Maranhão, chegaram a ser procurados por representantes de empresas interessadas em ofertar cursos semelhantes. Em Açailândia, a própria prefeitura da cidade chegou a oferecer, em 2023, um curso de pilotagem de drone. “Muitos jovens têm procurado [esses cursos] porque dizem que é uma forma de ganhar dinheiro, que está em alta. Mas [as empresas] não socializam o que tem sido a questão do drone para a nossa vida, para o meio ambiente”, reclama uma agricultora local.

De acordo com Cabral, as lojas de drones também passaram a ser vistas com mais frequência em pequenos e médios municípios onde há presença do agronegócio nos últimos dois anos. Apesar do crescimento do setor, entidades como Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Fiocruz e a Cáritas, já se posicionaram contra a pulverização por drones.

A Fiocruz e a Abrasco alegam que, apesar do discurso que posiciona os drones como menos contaminantes e mais precisos que aviões, faltam estudos para provar isso. “Os estudos sobre o impacto do uso de drones para a aplicação de agrotóxicos na saúde e no ambiente ainda não conseguiram acompanhar a velocidade do mercado”, diz uma nota técnica conjunta publicada em dezembro.

A pulverização aérea é proibida na União Europeia desde 2009 e concentra críticas sobretudo pela deriva – quando a aplicação não atinge o local adequado e acerta alvos circunvizinhos. Um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostra que, mesmo com ventos ideais, apenas 32% dos agrotóxicos pulverizados por via aérea ficam retidos nas plantas.

Para o pesquisador Fernando Carneiro, da Fiocruz Ceará e do grupo temático de Saúde e Ambiente da Abrasco, o avanço dos drones na agricultura está ligado à redução de custos das operações. Segundo o especialista, trocar a pulverização manual pelo drone impede que um trabalhador contaminado acione a Justiça por danos, bem como reduz o valor investido na logística de operação de aviões.

Os parâmetros estabelecidos para a aplicação dos agrotóxicos e a capacidade dos governos de fiscalizar o cumprimento dessas regras também são alvo de críticas. “Pode-se estabelecer uma distância segura para aplicar o que chamamos de veneno? Não se pode ter controle do vento, da altura, do ângulo dos jatos”, afirma a advogada e coordenadora de projetos da ONG Esplar, Magnólia Said.

Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-drones-se-tornaram-uma-ameaça-às-comunidades-rurais/a-71512506>>. Adaptado. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

Questão 01

Em “Os agricultores familiares de Limoeiro do Norte, no Ceará, preparavam-se para mais uma feira agroecológica mensal”, o termo oracional destacado deve ser classificado como:



- a) Adjunto adverbial de finalidade.
- b) Objeto indireto.
- c) Objeto direto preposicionado.
- d) Adjunto adverbial de tempo.

Questão 02

No trecho “O anúncio reacendeu um medo já inexistente na cidade, palco histórico da luta contra a pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil.”, a palavra destacada é derivada por:

- a) Prefixação.
- b) Sufixação.
- c) Prefixação e sufixação.
- d) Parassíntese.

Questão 03

Assinale a alternativa que apresenta em destaque uma locução adverbial.

- a) A reviravolta cearense não aconteceu por acaso.
- b) Em dois anos, a quantidade de drones registrados na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para fins de pulverização aumentou.
- c) O Ceará, que não tinha nenhum, já tem quatro cadastros. Além dele, passaram a figurar registros no Acre, Amazonas, Paraíba, Piauí, Roraima, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.
- d) Além disso, não é permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a menos de vinte metros de povoações.

Questão 04

No trecho “De acordo com a Fetaema, todas as denúncias recebidas afirmam que os drones estão pulverizando diretamente o plantio das comunidades”, a palavra destacada tem o sentido de:

- a) Espalhar uma substância em pequenas partículas sobre uma superfície.
- b) Destruir completamente algo de forma violenta.
- c) Dividir um território em várias partes menores.
- d) Eliminar uma plantação por meio do uso de máquinas agrícolas.

Questão 05

No trecho “a indústria global de drones agrícolas está em expansão e destaca o Brasil, ao lado dos Estados Unidos e da China, como país que está na vanguarda da regulamentação desses equipamentos”, a palavra destacada significa que o Brasil está:

- a) Atrasado em relação a outros países no processo de regulamentação.
- b) Ignorando as tendências globais de regulamentação.
- c) Regulamentando os drones agrícolas de forma excessivamente restritiva.
- d) No grupo dos países que lideram e inovam nessa área.

Questão 06

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um advérbio destacado.

- a) Segundo o especialista, trocar a pulverização manual pelo drone impede que um trabalhador contaminado acione a Justiça por danos.
- b) Pode-se estabelecer uma distância segura para aplicar o que chamamos de veneno?
- c) A pulverização aérea é proibida na União Europeia desde 2009 e concentra críticas sobretudo pela deriva.
- d) A reportagem questionou o Mapa e o governo do Ceará.

Questão 07

No trecho “Na maioria dos casos de conflitos de terra registrados pela entidade, foi relatado uso de drones”, o termo destacado exerce a função sintática de:

- a) Sujeito.
- b) Objeto direto.
- c) Complemento nominal.
- d) Predicativo do objeto.

Questão 08

Assinale a alternativa que destaca CORRETAMENTE um termo regido.

- a) Os parâmetros estabelecidos para a aplicação dos agrotóxicos e a capacidade dos governos de fiscalizar o cumprimento dessas regras também são alvo de críticas.
- b) Os estudos sobre o impacto do uso de drones para a aplicação de agrotóxicos na saúde e no ambiente ainda não conseguiram acompanhar a velocidade do mercado.
- c) Os drones têm sido cada vez mais utilizados para pulverização de agrotóxicos no Brasil, vendidos como uma alternativa mais precisa e tecnológica aos aviões.
- d) Um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostra que, mesmo com ventos ideais, apenas 32% dos agrotóxicos pulverizados por via aérea ficam retidos nas plantas.



Questão 09

No trecho “é possível encontrar cursos totalmente online que prometem aulas do básico ao avançado”, o termo destacado deve ser classificado como:

- a) Advérbio.
- b) Conjunção integrante.
- c) Preposição.
- d) Pronome relativo.

Questão 10

No trecho “O avanço dos drones agrícolas no Brasil vem acompanhado da criação de normativas”, a palavra destacada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:

- a) Exceções.
- b) Sugestões.
- c) Tendências.
- d) Regulamentos.

Questão 11

Durante a elaboração de um documento no Microsoft Word, um colaborador utiliza os recursos de “comentários” e “controle de alterações” para revisar o conteúdo em conjunto com outros membros da equipe. Nesse sentido, considerando a produção colaborativa de documentos, assinale a alternativa que apresenta o benefício a que essa prática está associada.

- a) Permitir maior compatibilidade entre versões do *Microsoft Word*, aumentando o tamanho do arquivo e garantindo que todas as funcionalidades sejam carregadas corretamente em diferentes sistemas operacionais.
- b) Facilitar o acompanhamento e a identificação das modificações realizadas por diferentes usuários ao longo do processo de edição.
- c) Garantir a conversão automática do arquivo para o formato PDF ao final da revisão.
- d) Definir uma senha de acesso para restringir a visualização do conteúdo do documento, protegendo informações sensíveis durante a fase de edição colaborativa.

Questão 12

Analise as sentenças a seguir sobre arquiteturas de computadores no contexto de sistemas operacionais modernos.

I- A ULA é responsável por armazenar dados temporariamente durante a execução do sistema operacional.

II- A memória *cache* é uma memória de alta velocidade situada entre a RAM e o processador, usada para reduzir o tempo de acesso a dados frequentemente utilizados.

III- Em arquiteturas modernas, o uso de múltiplos núcleos (*multicore*) permite a execução simultânea de vários processos, aumentando o desempenho em ambientes multitarefa.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas a sentença II.
- b) Apenas a sentença III.
- c) Apenas as sentenças I e II.
- d) Apenas as sentenças II e III.

Questão 13

Sobre sistemas operacionais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O sistema operacional atua como uma interface gráfica para o usuário, delegando integralmente o gerenciamento de *hardware* a dispositivos externos.
- b) O *kernel* é o componente central do sistema operacional, responsável pelo gerenciamento direto do *hardware*, processos, memória e comunicação entre dispositivos.
- c) A gestão de memória é realizada pelo processador, e o sistema operacional não participa desse processo.
- d) A multitarefa impede a execução simultânea de processos para evitar conflitos, permitindo apenas que um único processo permaneça ativo por vez, bloqueando os demais temporariamente.

Questão 14

Conforme Constituição Federal de 1988, quando invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele será:

- a) Posto em disponibilidade.
- b) Reconduzido.
- c) Reaproveitado.
- d) Reintegrado.

Questão 15

O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:

- a) Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei ordinária.



- b) Por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação e com 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade hipótese, em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
- c) Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- d) No âmbito da união, aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos estados, do distrito federal e dos municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas constituições e leis orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

Questão 16

A senha de acesso a um cofre de um banco consiste em cinco caracteres alfabéticos ou numéricos, sendo o primeiro necessariamente alfabético. Nesse sentido, o número de senhas possíveis é:

- a) 26×36^4 .
b) 36^5 .
c) 260×36^4 .
d) $26^3 \times 10^2$.

Questão 17

Em uma Progressão Aritmética (PA), o primeiro termo é $a_1 = 45$ e a razão é $r = 8$. Dessa forma, o 120º termo dessa PA é:

- a) 997.
b) 993.
c) 953.
d) 981.

Questão 18

Por meio da Lei Municipal n.º 2.494/2024, foi criada, em Limoeiro do Norte (CE), a Casa da Mulher Limoeirense. Desse modo, uma das atribuições dessa instituição é:

- a) Encaminhar as mulheres em situação de iminente risco de morte em razão da violência doméstica e familiar aos abrigos sigilosos, quando necessário e mediante prévia avaliação de risco.
- b) Prestar assistência direta exclusivamente médico-hospitalar às mulheres em situação de violência, priorizando o atendimento de urgência e emergência em detrimento de outras áreas como a social, psicológica e jurídica.
- c) Elaborar diagnóstico da violência contra as mulheres atendidas somente para fins estatísticos internos, sem utilizar os dados para orientar políticas públicas ou ações intersetoriais.
- d) Restringir as ações educativas de prevenção à violência contra a mulher apenas às escolas públicas, sem considerar outros espaços comunitários, culturais e institucionais.

Questão 19

Sobre as práticas educativas implementadas pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) durante seus primeiros dez anos de existência, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As práticas estavam estreitamente ligadas ao projeto político do governo civil-militar, reforçando a ordem social conservadora, inclusive por meio de perseguições.
- b) As práticas propunham uma ruptura com a ordem conservadora vigente, promovendo ensino crítico e de oposição ao regime militar.
- c) As práticas tiveram caráter meramente técnico e profissionalizante, sem influência de projetos ideológicos, sendo desprovidas de qualquer ligação com o contexto político.
- d) As práticas constituíam uma proposta de educação libertária, baseada na pedagogia de Paulo Freire, aplicada como resistência ao conservadorismo e ao autoritarismo.

Questão 20

Sobre a criação e expansão das instituições educacionais da Igreja Católica em Limoeiro do Norte (CE), assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Diocese de Limoeiro do Norte foi criada em 1938, mas só em 1945, após a posse de Dom Aureliano Matos, iniciaram-se as construções dos principais colégios e seminários da região.
- b) A instalação do Seminário Diocesano Cura D' Ars ocorreu no centro urbano de Limoeiro do Norte, seguindo a tendência de centralidade das instituições religiosas no semiárido nordestino.



- c) No intervalo de 27 anos, a Diocese, sob a liderança de Dom Aureliano Matos, consolidou um complexo educacional que incluía ginásio, seminário, patronato, liceu e até uma rádio, culminando com a criação da FAFIDAM em 1968.
- d) A criação da FAFIDAM, aprovada em 1967 e inaugurada em 1968, foi um projeto isolado da Igreja Católica, sem participação ou apoio do Estado cearense.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

Segundo o Decreto n.º 7.508, de 28 de junho de 2011, assinale CORRETAMENTE sobre a definição de Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica.

- a) Documento que estabelece: critérios para o tratamento da doença ou do agravo à saúde; o diagnóstico preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS).
- b) Documento que estabelece: espaço geográfico para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS.
- c) Acordo que estabelece: critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS.
- d) Documento que estabelece: critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS.

Questão 22

Segundo o Decreto Federal n.º 1232/1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências, a União, por intermédio da direção nacional do SUS, incentivará os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a adotarem política de recursos humanos caracterizada:

- a) Pelos elementos essenciais de motivação do pessoal da área da saúde, de sua valorização profissional e de remuneração adequada.
- b) Pelos elementos essenciais de motivação dos usuários da área da saúde, de sua valorização profissional e de remuneração adequada.
- c) Pelos elementos essenciais de motivação do pessoal da área da saúde, de sua remuneração profissional e de valorização adequada.
- d) Pelos financiamentos essenciais de motivação do pessoal da área da saúde, de sua valorização profissional e de remuneração adequada.

Questão 23

Considere a lacuna do enunciado a seguir:

Segundo o artigo 194 da seção I capítulo II da Constituição da República Federativa do Brasil, a _____ compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

- a) Seguridade social.
- b) Ordem social.
- c) Universalidade no atendimento.
- d) Distributividade dos serviços.

Questão 24

Na abordagem da Anamnese clínica, ao considerar um paciente com múltiplas comorbidades, a fragmentação dos dados ocorre frequentemente devido à:

- a) Falta de integração dos sistemas de registros eletrônicos de saúde.
- b) Uso isolado de metodologias qualitativas.
- c) Comunicação exclusiva por anotações manuscritas.
- d) Incapacidade dos pacientes em fornecer seu histórico completo.

**Questão 25**

Na Medicina Baseada em Evidências (MBE), um viés comum que afeta a validade de muitos estudos é o:

- a) Efeito placebo reverso.
- b) Publicação seletiva de resultados positivos.
- c) Neutralidade de pacientes.
- d) Uso de grupos controle históricos.

Questão 26

Uma paciente feminina, 34 anos, mãe de dois filhos pequenos, foi diagnosticada com uma doença genética rara que causa degeneração progressiva e fatal. Cientistas propuseram que ela participe de um estudo experimental envolvendo terapia genética, cujo sucesso poderia ajudar a desenvolver um tratamento para outros pacientes no futuro. No entanto, o risco envolvido no procedimento é substancial, com probabilidade significativa de eventos adversos graves e desconhecidos. Diante deste cenário, assinale a alternativa CORRETA que reflete a decisão ética mais adequada para a condução desse estudo.

- a) Realizar o estudo mesmo sem o consentimento detalhado da paciente, pois a relevância científica supera as questões éticas individuais.
- b) Recusar a inclusão da paciente no estudo devido aos riscos elevados, preservando o princípio da não maleficência acima de tudo.
- c) Permitir a participação da paciente apenas se o benefício direto para ela superar os riscos e a relevância científica.
- d) Prosseguir com a inclusão da paciente no estudo somente após um processo robusto de consentimento informado, que assegure que ela compreenda claramente os riscos, benefícios e alternativas.

Questão 27

Estabelece-se que, na auditoria médica, a correlação entre a codificação da Classificação Internacional de Doenças (CID) e os procedimentos SUS ou Terminologia Unificada da Saúde Suplementar (TUSS) representa um dos elementos investigativos da pertinência técnico-assistencial. Dessa forma, é possível AFIRMAR que:

- a) A incompatibilidade entre CID e TUSS não é objeto de auditoria, salvo em casos de glosa tarifária.
- b) Esse tipo de análise é exclusivo da auditoria contábil, e não cabe ao médico auditor.

- c) A compatibilidade entre CID e procedimento deve ser analisada com base clínica, protocolos e diretrizes aceitas.
- d) A presença de múltiplos CID justifica a realização de qualquer procedimento com base em alegação clínica.

Questão 28

A auditoria prospectiva, quando corretamente implementada, contribui para a regulação assistencial, evitando uso inapropriado de recursos, terapêuticas desnecessárias ou alto grau de variabilidade profissional. Sobre a auditoria prospectiva, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Esse tipo de auditoria não interfere diretamente em decisões médicas e ocorre de forma passiva.
- b) Os pareceres emitidos têm caráter apenas burocrático e baseiam-se exclusivamente em listas de procedimentos.
- c) Deve estar ancorada em avaliação clínica do caso, diretrizes clínicas consensuais e princípios bioéticos.
- d) É desprovida de embasamento técnico-científico, sendo motivada por contenção de custos da operadora.

Questão 29

Com base na Resolução Normativa nº 395/2016 da Agência Nacional de Saúde (ANS), que estabelece regras para solicitações de procedimentos e serviços de cobertura assistencial e exige fundamentação técnica adequada por parte das operadoras de planos de saúde, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A operadora pode alegar sigilo técnico para não compartilhar o protocolo com o paciente.
- b) A ausência de protocolo justifica a negativa de procedimentos, desde que haja parecer médico interno.
- c) Nenhuma exigência legal impõe a necessidade de tornar acessível o protocolo clínico ao paciente.
- d) O embasamento técnico deve estar formalmente documentado, com base em fontes reconhecidas e evidência atual.

Questão 30

Na medicina clínica, uma anamnese mal conduzida é fator de risco para hipodiagnóstico, aplicações terapêuticas inadequadas e atrasos evitáveis na linha do cuidado, prejudicando a tomada de decisão médica e sua posterior auditoria. Com base na afirmativa, assinale a alternativa CORRETA.



- a) A importância da anamnese é superada pela acurácia dos exames complementares.
- b) A anamnese é irrelevante para fins de auditoria, pois não compõe relatório técnico.
- c) O erro na anamnese pode levar a terapêuticas desnecessárias e glosas justificadas.
- d) A auditoria não pode interferir sobre elementos clínicos subjetivos da entrevista.

Questão 31

Frente a um pedido de internação hospitalar por urgência associado ao diagnóstico de dor abdominal inespecífica, considerando a classificação da auditoria médico-assistencial e os princípios éticos que regulam o ato médico, o médico auditor deve:

- a) Autorizar apenas mediante laudo definitivo, independentemente do contexto clínico.
- b) Negar a internação se o diagnóstico não tiver confirmação laboratorial/exame de imagem.
- c) Justificar a autorização de urgência mesmo sem diagnóstico fechado.
- d) Impedir avaliação pela auditoria.

Questão 32

Na auditoria médica orientada por indicadores de qualidade clínica, um dos parâmetros essenciais para avaliar adequação da atenção ao idoso é a taxa de readmissão em um período inferior a 30 (trinta) dias. Diante da afirmativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A presença de comorbidades exclui esse indicador da análise por viés clínico.
- b) Esse parâmetro mede exclusivamente eficiência econômica, sem validade clínica.
- c) Readmissões frequentes podem sugerir alta hospitalar prematura ou erro assistencial.
- d) Indicadores de readmissão não são utilizados na população geriátrica por fragilidade.

Questão 33

Durante uma auditoria em um município, observou-se que pacientes em tratamento de tuberculose não estavam sendo acompanhados diretamente na ingestão da medicação, o que resultou em altas taxas de abandono. De acordo com o Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT), a conduta mais adequada é:

- a) Adotar o Tratamento Diretamente Observado (TDO), garantindo supervisão do uso da medicação pelos profissionais de saúde.

- b) Manter a dispensação mensal de medicamentos, reforçando as orientações verbais, sem supervisão.
- c) Utilizar exames laboratoriais mensais para monitorar a adesão ao tratamento.
- d) Reforçar o sigilo do tratamento, proibindo a supervisão do uso da medicação para evitar constrangimento ao paciente.

Questão 34

Um relatório de auditoria verificou que a cobertura de pré-natal em determinado município era superior a 90%, mas a proporção de gestantes com seis ou mais consultas efetivas era inferior a 60%. Do ponto de vista da saúde pública, essa discrepância indica:

- a) Boa qualidade da atenção, já que o número de consultas realizadas supera a média nacional.
- b) Fragilidade na continuidade e qualidade do pré-natal, pois a meta é assegurar pelo menos seis consultas distribuídas ao longo da gestação.
- c) Indicador aceitável, pois o Ministério da Saúde recomenda apenas quatro consultas de pré-natal.
- d) Problema irrelevante, pois o acompanhamento adequado deve ser avaliado apenas pelo desfecho do parto e não pelo número de consultas.

Questão 35

Em uma análise de indicadores epidemiológicos, um auditor municipal verificou aumento da mortalidade infantil em crianças menores de 1 ano. Para compreender essa situação, qual o indicador mais adequado? Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Taxa de letalidade hospitalar por pneumonia em adultos.
- b) Taxa de mortalidade neonatal e pós-neonatal, discriminadas separadamente.
- c) Número absoluto de nascidos vivos no município no último ano.
- d) Proporção de partos cesáreos realizados na rede privada.

Questão 36

Em auditoria de prontuários de clínica médica, observou-se que grande parte das condutas terapêuticas estava registrada sem exame físico descrito. Do ponto de vista clínico e da auditoria, isso representa:

- a) Falha irrelevante, já que o exame físico pode ser substituído por exames laboratoriais e de imagem.
- b) Irregularidade grave, pois a história clínica e o exame físico são essenciais e obrigatórios para fundamentar hipóteses diagnósticas e condutas.



- c) Boa prática assistencial, desde que os resultados laboratoriais confirmem o diagnóstico.
- d) Situação aceitável apenas em internações curtas (menos de 48h), em que o exame físico é opcional.

Questão 37

Um paciente de 54 anos, hipertenso e tabagista, deu entrada na emergência com dor torácica típica, sudorese e eletrocardiograma compatível com Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) com Supradesnivelamento do ST (IAMCSST). No contexto da auditoria médica, assinale **CORRETAMENTE** o aspecto que deve ser prioritariamente verificado quanto à qualidade da assistência.

- a) Se o paciente foi encaminhado para estratificação de risco apenas após 48 horas de internação.
- b) Se a instituição realizou trombólise ou angioplastia primária dentro do tempo recomendado pelas diretrizes.
- c) Se o paciente recebeu alta precoce (<24h) sem necessidade de monitorização.
- d) Se os exames laboratoriais de rotina (hemograma e glicemia) foram solicitados antes da terapêutica inicial.

Questão 38

Um auditor avaliou uma série de internações por pneumonia comunitária em idosos e observou que parte significativa recebeu antibióticos inadequados frente ao protocolo vigente. Esse achado implica:

- a) Não conformidade assistencial, pois o uso de antibióticos deve seguir protocolos clínicos baseados em evidências, visando efetividade e prevenção de resistência.
- b) Situação aceitável, já que a escolha antibiótica é sempre de livre autonomia médica e não pode ser questionada em auditoria.
- c) Conduta correta, pois em idosos deve-se preferir antibióticos de largo espectro sem necessidade de protocolo.
- d) Glosa automática das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs), uma vez que qualquer divergência de prescrição implica em erro administrativo.

Questão 39

Durante uma auditoria em pronto-socorro, foi analisado um caso de estado epilético convulsivo, em que o tratamento inicial com benzodiazepínico foi

administrado somente após 40 (quarenta) minutos do início das crises. Essa conduta é classificada como:

- a) Adequada, pois não há evidências de impacto do tempo na administração de benzodiazepínicos.
- b) Inadequada, pois o tratamento deve ser iniciado em até 5 a 10 minutos após o início das crises para reduzir risco de complicações e mortalidade.
- c) Aceitável, já que o tratamento precoce não influencia desfechos clínicos em crises epiléticas prolongadas.
- d) Correta, pois os benzodiazepínicos devem ser administrados somente após a confirmação diagnóstica por eletroencefalograma.

Questão 40

Um paciente politraumatizado chegou à emergência com Glasgow 7, instabilidade hemodinâmica e trauma torácico grave. No contexto da auditoria da qualidade da assistência, assinale **CORRETAMENTE** qual aspecto é prioritário verificar.

- a) Se a equipe registrou corretamente a ficha de notificação de violência interpessoal.
- b) Se foi realizada abordagem inicial seguindo os protocolos de Suporte Avançado de Vida no Trauma (ATLS), incluindo via aérea definitiva, controle de hemorragia e reposição volêmica.
- c) Se o paciente foi encaminhado diretamente para enfermaria após estabilização parcial.
- d) Se os exames laboratoriais completos foram colhidos antes da abordagem inicial de suporte.